

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO PAMPA GAÚCHO

Deivid Ilecki Forgiarini
Paulo Vanderlei Cassanego Júnio

RESUMO

A presente pesquisa debruça-se sobre a história das disputas territoriais entre Brasil e Uruguai e suas respectivas metrópoles coloniais, com destaque aos séculos XVIII e XIX. A partir desta mirada histórica, analisa-se a formação socioeconômica da região, em especial a estruturação fundiária, no momento da dotação de terras por parte das Coroas Portuguesa e Espanhola.

Palavras-chave: Disputas territoriais, Fronteira, Pampa gaúcho, Estrutura Fundiária e Social.

1 Introdução

Na busca do entendimento econômico da região um dos caminhos possíveis é um resgate histórico para entender a formação econômica da região. Desta forma este trabalho busca justamente isso, estudar como se concebeu a formação socioeconômica da região, sempre envolta com inúmeras disputas territoriais, e assim buscar compreender melhor as ressonâncias desta formação na conjuntura social da região. Como metodologia para alcançar este objetivo, o presente estudo usou-se principalmente de pesquisas bibliográficas com materiais tanto brasileiro, quanto uruguaio (coletado em Montevideu-UY na biblioteca nacional e na biblioteca departamental de Rivera-UY).

2 As Disputas Territoriais Entre Portugal e Espanha na Região do Pampa Gaúcho

O objetivo deste item é estudar a região do Pampa Gaúcho no contexto mundial, durante os séculos XV e XVII. Para se entender as disputas territoriais entre Espanha e

Portugal no continente americano, é necessário analisar-se fatos pertinentes a estas duas Metrópoles. Mercantilismo vivido na época pode ser conceituado como:

Ideias e práticas econômicas, que durante três séculos, estiveram ligadas ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo, e mais particularmente; aos problemas dos Estados Modernos, absolutistas, e à expansão comercial e colonial europeia (FALCON, 1994, p. 17).

Este movimento de Portugal e Espanha, nas grandes navegações, se deu pela necessidade de descobrirem-se novas rotas para a busca de especiarias no Oriente, uma vez que a rota do Mar Vermelho já era dominada por mercadores italianos. Portugal já detinha um relativo conhecimento do mapa africano, pois já havia circundado a África dobrando o Cabo da Boa Esperança em 1488 (PINTOS, 2008). A Espanha, ao tentar dar a circunavegação, buscando uma nova rota de acesso às especiarias do oriente, encontrou as Américas (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

Embora o Tratado de Tordesilhas (1494) entre Portugal e Espanha tenha sido o marco da presença destes na América do Sul, antes deste Tratado – já em 1493 –, foi lançada a Bula do Papa Alexandre VI tratando das divisões do mundo além-mar, entre os mesmos. Este ato mostrou desde o início destas relações de definições de territórios, a influência da igreja católica (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

O Tratado de Tordesilhas foi uma das primeiras vitórias da diplomacia portuguesa, que conseguiu avançar a linha divisória 300 léguas a oeste, dando possessões onde hoje é território do Brasil (PINTOS, 1990). Contudo, essa divisão carecia de um limite físico, em uma época que o conhecimento do território era pequeno e os mapas eram facilmente alterados, abrindo espaço para contestações. Para Pintos (2008) logo depois da conquista do Brasil em 1500, Portugal percebeu a importância da Bacia do Prata e da ligação entre o litoral e o centro do território sul-americano, especialmente depois das expedições de 1530. Contudo, em 1580, a União Ibérica (que uniu, pela sucessão dinástica, Portugal e Espanha) consubstanciou-se mais pela absorção de Portugal do que de fato em a união entre as duas coroas. Sendo assim, os portugueses pouco agiram no Brasil até a separação em 1640.

Em 1676, a Igreja Católica criou o bispado do Rio de Janeiro, cujo limite territorial era o Rio da Prata (PINTOS, 2008). Apesar deste ato não ser legalmente reconhecido, considerando a influência histórica da Igreja nas relações entre Portugal e Espanha, essa postura já indicava a influência portuguesa nos territórios do hoje Uruguai. Destaca-se ainda que após o fim da União Ibérica (1640), os espanhóis desistiram dos Sete Povos das

Missões, devido aos inúmeros ataques dos bandeirantes, deixando o gado solto. Esse, com o passar do tempo, se reproduziu livremente. Neste sentido, acabou-se criando um rebanho xucro vultoso, sendo denominado “Vacaria del Mar” que se tornaria uma das bases econômicas pela disputa do solo gaúcho (PESAVENTO, 1985).

Com o abandono espanhol – acreditando ser o Rio da Prata o limite geográfico de suas possessões na América – Portugal, em 1679, adentrou territórios espanhóis e em janeiro de 1680 começou a construção da fortificação de Colônia de Sacramento (atual município de Colônia de Sacramento no Uruguai), palco de disputas entre Portugal e Espanha (PINTOS, 2008). O Rio da Prata era uma via de acesso ao centro do território sul-americano. Portugal buscava maiores quantidades de metais preciosos, uma vez que vinha perdendo terras na Ásia para as novas potências marítimas e sofrendo com um grande dote dado para o casamento entre Catarina de Bragança e Carlos II da Inglaterra. A Espanha se encontrava em situação desfavorável, o Tratado “*de las Americas*” com a Inglaterra já demonstrava a sua supremacia nas terras de domínio ibérico, limitando as ações espanholas (PINTOS, 2008).

Colônia de Sacramento não esteve por muito tempo nas mãos dos Portugueses, logo voltou ao domínio espanhol. Com interesse de buscar uma forma pacífica de solução das controvérsias, em 1715 foi firmado o Tratado de Utrecht também sem resultado, porém se inclui a cláusula “a Coroa portuguesa poderia propor a troca de Colônia por qualquer compensação territorial” e Colônia passa a ser definitivamente de Portugal (RIO BRANCO, 2010 p. 23 e 24). Espanha vai discutir a posse de Colônia de Sacramento, o que possibilita o ambiente para um novo acordo.

2.1 O Tratado de Madrid (1750) e o *Uti possidetis*

Alexandre de Gusmão foi o primeiro grande nome da diplomacia brasileira (RIO BRANCO, 2010), embora de nacionalidade portuguesa nascido no Brasil Colônia. Por ter a oportunidade de uma educação diferenciada e amizade do Rei D. João V, ascendeu na Coroa Portuguesa até ser nomeado Conselheiro de Capa e Espada e Ministro do Conselho Ultramarino (entre 1746 e 1749). Nesse Ministério, decidiu colonizar os hoje Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enviando quatro mil casais (a maioria da Ilha de Açores, Portugal) para estas regiões (RIO BRANCO, 2010).

Durante a primeira metade do século XVIII, D. João V entendia que a resolução dos problemas de fronteiras do Brasil era o ponto central da política externa portuguesa, e oito

foram os diplomatas, ao longo destes anos, designados para isso sem obterem sucesso. Todos defendiam a teoria segundo a qual a Colônia de Sacramento e as terras ao seu redor deveriam ser de Portugal (RIO BRANCO, 2010), tendo o Rio da Prata como limite geográfico (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

Gusmão, a partir dessas premissas, inovou na ação diplomática, propondo a cedência da Colônia de Sacramento para a Espanha (RIO BRANCO, 2010). Ele estava a par de tudo o que acontecia no Brasil (os territórios conquistados pelos bandeirantes a oeste e a norte, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná que ele mesmo organizou a colonização). Gusmão, neste sentido, utilizou-se do Tratado de Tordesilhas contra os espanhóis. Assim as bases para o Tratado de Madrid foram feitas em argumentos tanto de Portugal quanto da Espanha. Neste ponto o conhecimento português sobre a América foi decisivo para a construção do referido acordo. No Quadro 1 os argumentos de ambas as partes:

QUADRO 01: Tratado de Madrid (1750) - Argumento entre as Metrôpoles

ARGUMENTOS DE PORTUGAL	ARGUMENTOS DA ESPANHA
a) Necessidade de um tratado geral de limites e assim necessidade de parar com os ajustes pontuais e sucessivos como queria a Espanha; b) Este tratado para ser feito deveria ter como base o esquecimento do Tratado de Tordesilhas (1494) ao qual ambos os impérios desrespeitaram, Portugal na América e Espanha na Ásia; c) Incluir-se-ia o princípio do “ <i>uti possidetis</i> ”; d) As fronteiras deveriam ser delimitadas geograficamente; e) Colônia de Sacramento e territórios próximos do lado leste do Rio da Prata eram portugueses; f) Poder-se-ia admitir trocas equilibradas de território, como já afirmava o Tratado de Utrecht.	a) Partia-se do pressuposto que as Filipinas eram da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (hoje se sabe que não); b) O maior problema de Colônia de Sacramento era ser um ponto de contrabando e de apropriação dos metais oriundos do Peru; c) Sugeriria-se a troca da Colônia de Sacramento por outros territórios.

Fonte: Adaptado de Goes, 1991, p. 111 e 112.
 Elaboração própria.

O Tratado de Madrid foi uma obra da diplomacia que marcou o seu tempo e toda a história da diplomacia do mundo por que:

[...] foi o tratado de Madri que legalizou a posse do sul e do oeste brasileiros e da imensa área amazônica, regiões situadas à esquerda da linha de Tordesilhas. Como dividiu um continente, fato sem precedente e sem conseqüente no Direito Internacional, ao fixar os limites estava também estabelecendo as lindes terrestres de todos os vizinhos do Brasil. [...] (GOES 191 p.102)

Para isso, Gusmão propôs uma troca equilibrada, cederia Colônia de Sacramento para a Espanha, esquecer-se-ia o Tratado de Tordesilhas, e Portugal ficaria com as terras ao norte, ao oeste e ao sul do Brasil, todas “sem valor” (pelo menos naquele momento, não obstante ainda os Sete Povos das Missões passariam ao domínio português e os Jesuítas lá instalados passariam para o lado oeste do Rio Uruguai) se estabelecendo, assim, a inserção do conceito do *Uti Possidetis* no direito público o que até então era da esfera do direito civil. Em outras palavras, a demarcação das terras se daria pelo uso e colonização destas, o que ocasionou que, definitivamente, o Rio Grande do Sul passasse para a posse portuguesa e estes passaram a deter o meio jurídico para expandir seus domínios.

2.2 Conflitos Luso-Hispânicos e a Criação do Vice-Reinado do Prata

Mesmo para os portugueses, o Tratado de Madrid (1750) não foi bem entendido, tamanha a relevância da Colônia de Sacramento. Segundo Rio Branco (2010, p.32-33) tão logo o tratado foi anunciado, de imediato foi combatido pelo Brig^o. Vasconcellos (governou Colônia de Sacramento de 1735 a 1737) e Marquês de Pombal, que substituiu Gusmão e assumiu a diplomacia portuguesa após o falecimento de Dom João V. (em 1750) o que acabou gerando conflitos na América. Com isso em 1763 foi assinado o Tratado “Pacto da Família” e a Colônia de Sacramento voltou para as mãos de Portugal (PINTOS, 1990).

Carlos III decidiu, então, refrear o impulso português de domínio nas terras hispânicas na América, criando, em 1776, o Vice Reinado do Prata. Segundo Pacheco & Sanguinetti (1985) existiam inúmeros motivos para tal, desde a expansão portuguesa no continente americano adentro até a crescente presença inglesa (que atacou as Ilhas Malvinas e a Patagônia). Os autores evidenciam que antes do século XVIII a base econômica do sistema mundial estava nos fluxos do no Mercantilismo (especialmente na detenção de metais preciosos). Durante o século XVIII, esses fluxos se complexificaram com o comércio ascendente, tendo como uma das conseqüências a mudança do núcleo do

império espanhol na América da Costa Pacífica (onde havia mais metais preciosos) para a costa atlântica (onde o comércio se desenvolvia mais).

Por esse motivo, em 1777 foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, quando a Espanha estava fortalecida em suas negociações, conseguindo recuperar boa parte de seus territórios (tais como os Sete Povos das Missões e a Colônia de Sacramento). O Tratado de Santo Ildefonso foi o último grande tratado entre as metrópoles portuguesa e espanhola sob as fronteiras na região sul-americana (PACHECO & SANGUINETTI, 1985; BARRIOS, 2008; PESAVENTO, 1985). Não obstante, Portugal voltou a atacar o Vice-Reinado do Prata, com bases no Tratado de Madrid (1750) para recuperar os Sete Povos das Missões e as demais áreas. Em 1812 Portugal envia um representante para Buenos Aires e é celebrado um armistício entre Portugal e Espanha (PINTOS, 1990).

Em 1810, a Argentina começou o seu processo de independência, (pelo movimento das Províncias Unidas do Prata, e pela ação do governo de Buenos Aires que se sentia sucessora do Vice-Reinado) e se empenhou nas guerras ao norte para manter seu território sob seu domínio, Buenos Aires se achava no direito de possuir desde o litoral atlântico até o Andes da atual Bolívia (ABELLA 2008).

O autor evidencia que o governo de Buenos Aires decidiu ser pragmático e não atacou o Exército português que fora chamado pelas elites de Montevideu (que estavam sitiados por José Gervásio Artigas¹ em 1811). Em 1812, o Armistício foi assinado, abrindo caminho para a dominação portuguesa na Banda Oriental e enfraquecendo o General Artigas, que começava a ter grande prestígio nas Províncias Unidas do Prata.

2.3 Domínio Português na Província Cisplatina (1817/1828)

O general Artigas sabia das movimentações portuguesas na região e isso lhe causava grande preocupação:

Los portugueses se nos cerca con movimientos que no pueden menos que excitar nuestro cuidado. Ya sea interés de aquella corte, ya esfuerzos se los emigrados, ya intriga de Bs. Aires, lo cierto es que vienen. (CARTA DE

¹ General Artigas foi um líder oriental nato. Tendo toda a sua formação nas forças militares espanholas e as sucessivas vitórias contra os ingleses, portugueses, mamelucos e bandidos em geral no pampa *gaucho* fez com que gozasse de enorme prestígio. Foi um dos grandes Generais que apoiou a independência do Vice-Reinado do Prata da Espanha. Depois que Montevideu, subserviente a Espanha, conseguiu apoio de Portugal, Buenos Aires envolta em várias frentes de batalha negociou um armistício e reconheceu as terras orientais como terras da Coroa Espanhola. Gral. Artigas e povo oriental não aceitava mais viver os desmandos espanhóis e criaram um dos grandes momentos da história Uruguai: Êxodo do Povo Oriental, quando milhares de pessoas seguiram o Gral. Artigas em seu exílio no Paraguai (ABELLA, 2008 e NAHUM, 2008).

ARTIGAS A M BARREYRO. PURIFICACIÓN, 11 de enero de 1816, apud, PACHECO & SANGUINETTI 1985, p. 365)

Neste período histórico, o Vice-Reinado do Prata buscava a sua independência frente a Espanha, justificando ser o verdadeiro sucessor no controle dessas terras, desde o atual Peru até o fim da Patagônia (ABELLA, 2008). Para alcançar este objetivo, Buenos Aires entrou em várias frentes de batalha, tendo a Inglaterra como aliada, e General Artigas como aliado no flanco oriental. Artigas comandava o lado oriental do Rio da Prata, a Banda Oriental. Sob seu comando estavam partes atuais do Rio Grande do Sul, Argentina e todo o Uruguai. Em 1811, Artigas negociou com Buenos Aires e fechou acordo por apoio, e em maio seguinte venceu a Batalha das Pedras, sitiando Montevideu (ABELLA, 2008). As autoridades espanholas de Montevideu, conforme Abella (2008), solicitaram o apoio ao império português, que enviou o Exército de pacificação em auxílio. Buenos Aires estava submersa entre muitas frentes de batalha e não se sentia apta a mais esta com o exército português (ABELLA, 2008). Gral. Artigas insistiu em manter o cerco a Montevideu, porém sem apoio portenho.

Pacheco & Sanguinetti (1985 p. 400 - 420) versam que o governo do Gral. Lecor² foi, desde a invasão em 1817 até 1820, um período de conflitos militares para garantir o domínio português. Lecor, para garantir o apoio, distribuiu terras entre aqueles que o ajudaram a manter a região sob seu domínio. Já tendo a perspectiva da independência do Brasil, ele convocou em 1821 um congresso para decidir como se ficaria a situação da Província Cisplatina. Foi decidida a incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Ainda, segundo Pacheco & Sanguinetti (1985 p. 400- 420), a independência brasileira trouxe reflexos para a província que ficou em disputa entre Brasil e Portugal causando instabilidade à região. Nahum (2008) elucida que em 1823 houve uma tentativa dos povos orientais de conquistar a independência uruguaia, que foi subjugada.

Em 1824, Gral. Lecor reassumiu o poder sob o domínio brasileiro. Muitos militares se exilaram em Buenos Aires, criando as condições necessárias para a concentração de tropas que, em 1825, invadiram a Banda Oriental. Essa invasão, conforme Nahum (2008),

² Gral. Lecor (1764 – 1836) Foi um dos grandes militares portugueses na luta contra a França Napoleônica no início do século XIX. Após a queda de Napoleão em 1815 o Lecor e sua divisão são enviados para o Brasil. Logo em seguida essa divisão é enviada para conquistar Uruguai. Após a conquista Gral. Lecor teve habilidade para governar e manter sob o domínio português e logo em seguida sob domínio brasileiro (ao qual Lecor mostrou mais simpatia e ganhou ao ser nomeado Visconde por D. Pedro I). Utilizou-se da tática de apoiar as elites locais, dando privilégios e distribuindo grandes extensões de terras no interior do Uruguai e na atual fronteira com o Brasil (ABELLA 2008; PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

foi feita pelos “33 Orientales” - assim denominados pelo fato de serem 33 generais com suas tropas que invadiram o lado oriental do Rio da Prata, sob domínio brasileiro – e tiveram importantes vitórias. O governo brasileiro, ao temer perder novas terras, aceitou a sugestão inglesa de mediação e tornou a Banda Oriental um Estado independente de ambos, Argentina e Brasil, e tal ideia ganhou força interna ao qual a maioria dos orientais “*no eran ni serian jamás argentinos ni brasileños*” (NAHUM, 2008 p. 17). Assim criou-se o Uruguai.

2.4 Revolução Farroupilha (1835/1845)

Torrenteguy (1994) traz uma perspectiva diferente a respeito da Revolução Farroupilha. O autor constrói o ambiente que possibilitou a Revolução Farroupilha, afirmando que após a independência do Uruguai (1828), o governo imperial brasileiro “esqueceu” da província de São Pedro e que, além do arrocho fiscal e da interferência direta na exportação do charque produzido nesta província, aquele governo ainda se apropriou de reservas monetárias que foram transferidas para São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina a títulos de empréstimos que nunca foram devolvidos (TORRONTGUY, 1994).

Ainda segundo o autor, a província foi colocada sob Lei Marcial, mesmo após a guerra de independência do Uruguai, não havendo justificativa para tal ato. Os portugueses que se mantiveram na região foram hostilizados por estarem ligados ao poder central. Os proprietários dos *saladeros* uruguaios e argentinos eram os rivais econômicos dos charqueadores da província de São Pedro, que decidiram pela guerra com o império para garantir acesso de seus produtos aos mercados do centro do Brasil.

Assim, a Revolução se constituiu pelos interesses econômicos das grandes elites sulinas, que sentiam que o governo brasileiro atrapalhava seus negócios com os mercados externos, sobretudo com os Estados Unidos, e não os protegia da produção de charque uruguaio e argentino. Logo, os não-proprietários – considerados inferiores na escala social nesta época – eram recrutados independente da sua vontade, para servirem aos interesses dos grandes proprietários, “[...] ser um desafeto de um estancieiro significava correr risco de vida” (TORRONTGUY, 1994, p. 57).

Verschoore (2000) afirma que a história do Estado do Rio Grande do Sul reforça-se com a independência do Brasil e com a instalação dos governos provinciais. Contudo, a forte centralização do império brasileiro e a pouca margem de manobra para essas províncias logo causaram insatisfação. O autor ainda afirma que as relações do Governo

Central com o Rio Grande do Sul, ao qual se refere como “marginalmente distante e economicamente periférica (VERSCHOORE, 2000 p. 83)”, se depreciaram de forma rápida. Para Piccolo (1979, p. 97), a Revolução Farroupilha “(...) traduziu fundamentalmente um espírito federativo e a reação de uma província periférica, dependente, sem participação no poder decisório ao nível nacional”.

Para a presente pesquisa, o desenrolar da Revolução Farroupilha tem a sua importância pelo fato de apesar de ter sido feita pelas elites da província (PICCOLO, 1979; PESAVENTO, 1985; TORRONTEGUY, 1994; VERSCHOORE, 2000) teve o apoio popular. Torronteguy (IB., p. 69-70) elucida que a Revolução Farroupilha teve um caráter interno, e fortaleceu a diferenciação entre as regiões: Campanha (marcada pelos estancieiros), Litoral e Lagunar (portugueses quase sempre fiéis ao poder central) e a região serrana (de vegetação fechada, com escassa população).

O fim da Revolução Farroupilha foi marcado por um grande ganho às elites locais. O Brasil interferiu no Uruguai após o fim da Revolução, para acabar com a guerra civil daquele país. Os estancieiros do Rio Grande do Sul se beneficiaram de favores do governo central brasileiro, escolheram (ainda antes do fim da Revolução Farroupilha), o então Barão de Caxias como governador da província (este estava ligado aos interesses do governo central brasileiro para expandir os negócios na região platina). Com o apoio brasileiro Urquiza venceu a grande batalha em 1851, derrubando o partido *Blanco* e colocando no poder o partido *Colorado* (TORRONTEGUY 1994, PACHECO & SANGUINETTI, 1985, NAHUM 2008). Este apoio brasileiro vai ser crucial para consolidação do poder dos estancieiros.

2.5 Consolidação do Poder dos Estancieiros (1851/1909)

A República Oriental do Uruguai desde a sua independência (1828) até 1851 viveu um período turbulento, culminando com a Grande Guerra de 1839 à 1851 (PACHECO & SANGUINETTI, 1996). Não obteve, de imediato, o reconhecimento da independência da Espanha, a qual exigia indenizações para tal. O Brasil, por outro lado, exigia o cumprimento do Tratado de 1828 fixando o Rio Quaraí como limite natural da fronteira o que, na visão oriental, seria uma grande perda de território.

Nahum (2008, p. 26) relata que as terras orientais estavam divididas entre *Blancos* e *Colorados*, os primeiros mais ligados a Argentina, e o *Colorados* ligados a ideia de projeto nacional. Contudo, o Brasil interferia nessas relações pela questão dos limites, e Inglaterra e França por quererem expandir seu domínio político, o que culminou na mencionada Grande

Guerra, dividida em duas etapas: 1839 a 1843 e 1843 a 1851. Apenas em 1851 os Colorados fizeram uma grande aliança com o governador de Entre Rios e o Brasil, na chamada Tríplice Aliança, que, em outubro de 1851 conseguiu pacificar o Uruguai. No entanto, essa pacificação custou caro ao Uruguai, conforme Pacheco e Sanguinetti (1996):

El tratado de Alianza establecía que habría una alianza perpetua entre los dos Estados [...] Brasil se comprometía a ayudar de inmediato al gobierno legal y prorrogar el auxilio siempre que lo pidiera el gobierno nacional.

El tratado de Límites, el más lesivo de todos, establecía el río Cuareim como línea fronteriza con Brasil. [...] si en 1828 Brasil había perdido las Misiones de hecho, ahora las recuperaba de derecho.

El tratado de Comercio y Navegación, mantenía por diez años la exención de derecho de consumo que tenía la carne salada y los demás productos ganaderos importados en Río Grande por la frontera, y el Estado oriental abolía el que cobraba por la exportación del ganado en pie para el Brasil. Además se declaraba la navegación del río Uruguay y sus afluentes común para ambos los países [...]

El tratado de prestación de Socorro estipulaba que el Brasil otorgaría un préstamo de 60.000 patacones mensuales a la República Oriental con seis por ciento de interés [...]. (PACHECO E SANGUINETTI, 1996, p. 82)

Este tratado deu a tônica da força brasileira frente ao novo Estado Oriental. Apesar de alcançado o objetivo graças ao apoio brasileiro, o Brasil soube utilizar-se muito bem da situação e atender aos seus interesses internos, como o caso dos charqueadores gaúchos que foram beneficiados.

Em 1863, o Partido Colorado viu a possibilidade de dar um golpe ao assumir o poder, tendo o apoio argentino e um apoio direto brasileiro (ABELLA, 2008). O Paraguai alertou que isso foi um ato belicista e declarou guerra ao Brasil em 1864, solicitando autorização à Argentina para passar pela região de *Misiones* (o que acabou sendo negado). Frente a essa negação, também declarou guerra à Argentina. Nahum (2008, p. 35) afirma que o governo do Partido *Blanco* estava colecionando inimigos, além das duas grandes potências (Brasil e Argentina) também a Igreja Católica e que buscou apoio em outro Estado menor, o Paraguai, para fazer um contraponto.

Em 1865, o Partido Colorado tomou o poder (ABELLA, 2008). Em 1870, ao final da Guerra, o Paraguai se encontrava totalmente destruído e com uma dívida enorme frente os países da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) e aos bancos ingleses. Floresceu, assim, a economia de guerra e os grandes estancieiros uruguaios para abastecer a batalha (ABELLA, 2008 e PACHECO & SANGUINETTI, 1996).

Após os imbróglis das disputas territoriais houve o cercamento dos campos no Rio Grande do Sul. Desde 1850, com a Lei de Terras, essa ação já devia ter sido efetivada, e

além disso a própria Lei de Terras confirmava as estâncias já doadas. Foi apenas a partir da década de 1870 que foi posta em prática a Lei de Terras, quando a cerca começou a cruzar os campos do Pampa de uma forma “legal”. Entretanto,

[...] a não delimitação territorial de suas terras foi uma prática corrente e esteve relacionada à maneira pela qual os fazendeiros se consideravam *senhores e possuidores*. Tanto antes como depois da Lei de Terras, os limites territoriais continuaram a ser o que sempre haviam sido: **definidos segundo os interesses do fazendeiro, nada tendo haver com limites precisos e inquestionáveis**.

Os fazendeiros haviam construído uma sociedade na qual o limite das terras estava intimamente ligado à criação e recriação de uma rede de relações pessoais (MOTTA, 1996, p. 299, **grifo nosso**)

O que se pode notar, nesse sentido, é que mesmo com as cercas e taipas surgindo, ainda era o poder do estancieiro que determinava o foco da interação social. Segundo Garcia (2005), foi a partir da década de 1870 que se iniciou o processo de cercamento, consolidando apenas em 1880. Tal processo acabou sacramentando as divisões das terras do lado brasileiro, o que não foi diferente no lado uruguaio, no governo do então presidente Cel. Lorenzo Latorre, que ainda fez várias reformas no garantindo a propriedade privada e com amplo apoio dos estancieiros (NAHUM, 2008).

Paralelo à gradativa definição da situação dos campos e a confirmação dos grandes estancieiros como os grandes proprietários, por direito ou por posse, em um sistema jurídico viciado, Garcia (2005) afirma que abriu-se a possibilidade para, apenas em 1909, por meio do Tratado de Retificações de Limites, que Brasil e Uruguai confirmassem o que fora decidido em 1851, agora em termos não tão pesados ao Uruguai, permitindo o uso em conjunto dos limites hidrográficos em forma de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão (NAHUM, 2008).

3 Interesses Econômicos das Metrôpoles e a Formação Socioeconômica da Província de São Pedro (Século XVIII a Meados do Século XIX)

De imediato se descobriu a importância do Rio da Prata como uma rota até o centro do continente americano (PINTOS, 2008). Nahum (2008, p.5) afirma: “No tiene, en cambio, accidentes geográficos que lo separen de Brasil, lo que explica la permanente influencia de éste en la evolución histórica uruguaya y los estrechos contactos entre poblaciones que estuvieron sólo separadas jurídicamente por límites imprecisos”

Nahum (2008) segue afirmando que por muito tempo essas terras foram terras de ninguém, e que, lentamente essas terras começaram a ter valor por “minas de carne e couro” já no século XVII. Todavia, logo a região platina ganhou destaque pela característica natural portuária, o que levou mais tarde a guerra dos portos entre Buenos Aires e Montevideu e assim despertou o interesse português, que desejava uma divisão geográfica entre as Américas portuguesa e espanhola (TORRONTÉGUY, 1994). Destaca-se o interesse português em participar do tráfico das mercadorias escoadas pelo Rio da Prata unindo assim São Paulo e Rio de Janeiro, sem passar em outros centros antes.

3.1 Vacaria del Mar e Integração Nacional

O espaço geográfico que hoje é conhecido como Pampa Gaúcho e o país vizinho do Brasil, Uruguai, durante o período de XVII e XIX era conhecido como *Vacaria del Mar*. Foi neste local que em meados do século XVII iniciou-se a “preia ao gado xucro”, atividade que consistia em procurar o gado e dele extrair-se apenas o couro, couro este que era exportado à Europa através de Buenos Aires ou Colônia de Sacramento. Da carne proveniente destes animais, era consumida no local apenas o necessário para a subsistência, o restante era deixado no campo para apodrecer, pois a mesma ainda não possuía valor econômico (PESAVENTO, 1980). Este rico ativo econômico fez com gradativamente esta região fosse disputada e, como apresentado anteriormente, a mesma foi “trocando de mãos” entre portugueses e espanhóis entre várias guerras e tratados.

Durante a fase do tropeirismo, o gado era conduzido em regime extrativista pelo sul e levado em pé até as chapadas do centro do Brasil. A base econômica para esse sistema agrário era o *tropeio de gado* para o corte, e de muares, para o transporte de carga na região das minas. Assim ia surgindo um mercado interno no Brasil. Com o surgimento deste mercado, o gado do Sul do país ganhou notoriedade como alimento para as populações engajadas na atividade mercantil da Coroa. Assim, o Rio Grande do Sul colocou-se como uma economia subsidiária para a economia central de exportação, guiada pela Metrópole³.

³ Deffonteines (1938) fala que, nesta época, onde a circulação para o transporte de mantimentos foi a própria criadora de aglomerações, que deu origem a povoados e cidades, pelo caminho dos tropeiros: “Os viajantes antigos descrevem o incessante desfilar das tropas de burros e de mulas ao longo das pistas ou os carros de bois com rodas chiadoras puxados por cinco a dez juntas de bois. [...] Transportavam-se para os portos, metais preciosos e alguns produtos oriundos da agricultura: café, cachaça, açúcar; trazia-se para o interior sal, alimentos, farinha. Em peso, isto representava pequenas quantidades, mas os meios de transporte rudimentares, unicamente por tração animal, faziam do tropeiro um personagem típico; era um dos horizontes de trabalho mais difundidos” (DEFFONTEINES, 1938, p. 124-125).

O tropeiro, na época, era um tipo social por excelência, possuía habilidades tanto para o manejo do gado quanto para a guerra. Juntamente a eles, haviam escravos e homens livres que os acompanhavam. O negócio do gado estava tomando grandes proporções, levando a redução significativa do rebanho, era necessária a reposição dos animais. Juntamente a isso, a mineração do ouro e diamantes estava entrando em decadência, retraindo a procura por animais naquela região. Formava-se um momento de instabilidade e possível crise para a pecuária gaúcha e nele apareciam dois novos produtos como oportunidades para o Estado: o charque e o trigo e, com eles, uma reconfiguração econômica e territorial passou a existir. A produção passou a ser especializada em poucos produtos e objetivava novamente o mercado interno brasileiro.

Juntamente a isso, no início do século XVIII, começou a distribuição de sesmarias na região da Campanha, assim estava se definindo a posse da terra e do gado com o estabelecimento das estâncias no extremo Sul do Brasil.

3.2 Charqueadas e Saladeros

Nahum (2008, p.10) afirma que foram poucos homens com dinheiro suficiente que adquiriram junto a corte, ou apenas ocuparam, imensas quantidades de terras onde começaram a amansar o gado e fazer as técnicas primitivas de controle do gado. Também Torrenteguy (1994, p. 56) afirma que o gado foi dominado e as “correrias pelo gado xucro” terminaram.

Com esta nova configuração na região, consolidou-se uma economia sustentada na produção do charque, que era destinada principalmente à alimentação de escravos. Logo, o charque tornou-se um negócio rentável, conferindo um novo valor para a carne, que foi ligado a um mercado interno relativamente estável. Assim, ocorreu uma grande ascensão econômica de pecuaristas-latifundiários da Metade Sul do Estado, formando uma elite política de caráter regionalista, militar e conservadora (HEIDRICH, 2000).

Estava enraizada agora no Pampa Gaúcho a estrutura fundiária organizada em torno dos latifúndios possuindo pecuária extensiva de bovinos, ovinos e equinos como principal matriz produtiva. A prosperidade auferida pelo charque proporcionou aos charqueadores a aquisição de escravos. Assim, diversos cativos negros desembarcados no Prata foram trazidos para a região e se tornaram a base da mão de obra das charqueadas rio-

grandenses. Criava-se de tal modo, uma organização social baseada em senhores de terra, gado, charqueadas e escravos, de relações autoritárias e violentas (PESAVENTO, 1980)⁴.

Após a conquista do Uruguai no início do século XIX, o Rio Grande do Sul teve uma nova fronteira entre os rios Ibicuí e o Quaraí. Nesta mesma época foram concedidas as sesmarias na região, permitindo a intensificação das ligações econômicas com o Prata. Contudo, em 1828, com a independência do Uruguai, o Rio Grande do Sul perdeu o controle sobre a Cisplatina, significando a perda do gado uruguaio que deixa de ser conduzido para as charqueadas brasileiras.

Logo depois, em meados da década de 1830, começou a concorrência entre o charque platino e o charque gaúcho pelo mercado brasileiro. O charque uruguaio, que já estava sendo produzido de maneira mecanizada, nos moldes capitalistas de produção, conseguiu melhores preços e uma melhor colocação no mercado. Essa eficiência produtiva uruguaia foi o prenúncio da decadência do sistema produtivo das charqueadas sulinas, que já se apresentava atrasado, apresentando baixos índices produtivos, sem inovações e com presença maçante do uso da violência na produção.

A seguir, em 1850, com a extinção do tráfico negreiro por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o charque gaúcho foi profundamente abalado, pois não contava com a possibilidade de aquisição de nova mão de obra escrava (do outro lado do Oceano Atlântico) e ainda sofrendo com a transferência de boa parte da massa de escravos, valorizados pela escassez, para a região central do país (que possuía mais recursos para garantir a aquisição dos mesmos). Os escravos foram empregados nos cafezais que iniciavam o seu ciclo de acumulação e as charqueadas então, entraram na “crise dos braços”. Juntamente a isso, o processo que culminou com a Lei de Terras (1850) terminou com a concessão de sesmarias, fazendo com que a terra, antes gratuita, passasse a ter valor de mercado, assim, a posse da mesma passou a fazer parte dos custos de produção. Com a escassez de terra e de mão de obra, as charqueadas gaúchas entraram em decadência e só se recuperaram após a Revolução Farroupilha, pois ligação da elite gaúcha com os objetivos do império fez com que nas negociações após a grande guerra uruguaia

⁴ Nahum (2008) afirma que o Uruguai em 1830 tinha sua economia baseada na produção de couro e “carne salada” (o mesmo que o charque) e que: “El país dependía de un solo tipo de productos (los derivados de la ganadería) y pocos compradores (Inglaterra, com \$ 700.000; Brasil, com \$ 400.000). **Desde su origen, entonces, fue monoproducción y dependiente** (NAHUM, 2008, p.19 grifo do autor)”.

tivessem os termos favoráveis aos interesses da elite do Rio Grande do Sul, fazendo as charqueadas voltarem a serem lucrativas.

De um forma geral pode-se se dividir os interesses econômicos dessas metrópoles em dois momentos: A) Até o fim do século XVII – voltado, sobretudo, à rota mercantil que a bacia do Rio da Prata oferecia, o fato dos metais preciosos poderem ser escoados por essa região desembocando no oceano atlântico voltado à Europa. O tráfico de mercadorias era intenso e os limites nunca foram muito bem demarcados. Portugal sempre desejou levar suas fronteiras até as margens do Rio da Prata, tendo assim um limite geográfico entre os territórios das duas metrópoles. Isso possibilitou a ação dos bandeirantes que invadiram, saquearam e escravizaram os índios da região. O gado começou a ser introduzido e a bacia do Rio da Prata ganha ainda mais importância por ser um meio de levar os produtos até o centro do território, hoje brasileiro, sem os custos de passarem nos portos; e B) Séculos XVIII e XIX – cerne desta pesquisa, onde o gado assumiu a importância por seu couro e charque, na base alimentar de toda uma economia escravocrata que no Brasil vai durar até quase o fim do século XIX.

No fim, as disputas de duas elites locais, mais ou menos conectadas com suas metrópoles, foi o fator que definiu que as pessoas deveriam estar aos seus serviços ou serem considerados criminosos. O campo foi dividido, dentro das sesmarias: a legalidade; fora delas: a criminalidade, *El gaúcho*. Assim, uma sociedade foi gerenciada, criando duas classes bem definidas: os proprietários e os não-proprietários de terras, de gado.

4 A Evolução da Estrutura Fundiária

Com advento do *Uti possidetis* no Direito Internacional era necessário colonizá-la e dominá-la. E assim, a estratégia da Coroa Portuguesa para garantir as posses dessa região foi a de distribuir entre militares e os mais “próximos” da Coroa lotes de Sesmarias⁵ da ordem de 13.000 ha de terras devolutas:

Para conquistar la buena voluntad de los orientales, conociendo el desaliento provocado por la guerra y convenientemente aconsejado por Nicolás Herrera, Lecor ofreció amnistía a todos aquellos que desertaran de las fuerzas patriotas, brindó militares la oportunidad de servir con su propia graduación

⁵ Sesmarias são grandes porções de terras na ordem de no mínimo 3 léguas (129 km²) (GOULART, 1985 p.79) Complementa-se com: "Rooted in large grants to military leaders and favored families, this inequality (distribution of land) may have persisted because of limited scale economies in raising cattle on the pampas." (ENGERMAN; SOKOLOFF, 1997, p.16)

en el ejército portugués, fomento el comercio a través del puerto de Montevideo **y distribuyó tierras**, empleos y honores. (PACHECO E SANGUINETTI, 1985, p. 400-401 **grifo nosso**)

A volta ao domínio espanhol permitiu que o gado do Pampa uruguaio fosse conduzido para charqueadas uruguaias, trazendo ainda mais prosperidade para a região. Contudo, na virada do século (1801), os portugueses assumiram o controle dos Sete Povos das Missões e avançaram com sua política de doação de Sesmarias. A conturbada história da região permitiu que o rebanho uruguaio fosse conduzido até as charqueadas gaúchas. No entanto 1828 a independência oficial do Uruguai rompeu do fluxo de gado uruguaio para as estâncias gaúchas. Este rompimento e a taxação ao charque sul-rio-grandense maior dentro do Estado brasileiro, comparado ao uruguaio e argentino fez com que já em 1835 estourasse a Revolução Farroupilha (PESAVENTO, 1985).

Nestes imbróglios pela conquista do espaço, o Pampa foi povoado pela Coroa Portuguesa para demonstrar a atenção que esta dava à região. Iniciou-se com a fundação do município de Bagé em 1812, depois com a fundação de São Gabriel em 1815, *pari passu* à distribuição das Sesmarias para os militares. Assim, estas terras – onde hoje se localiza o município de Santana do Livramento – em vários momentos da História, foram acampamentos militares (iniciados em 1823, chegando à categoria de município apenas em 1876).

Em relação às reduções do Tape, cabe aprofundar que, segundo Torronteguy (1994), essas foram construídas entre 1626 e 1638; na sequência foram destruídas e apenas em 1682 os espanhóis voltaram à margem oriental do rio Uruguai, fundando os Sete Povos das Missões. Os portugueses estavam atentos a essas movimentações hispânicas:

Para fazer frente as tropas espanholas invasoras, criou núcleos de povoamento português em Mostardas, Estreito, Santo Amaro, Taquari, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio. Ele distribuiu sistematicamente **sesmarias para oficiais** portugueses. Esse fato reforçou o costume de ter na estância de gado um proprietário que fosse um **chefe militar e local**. (TORRONTÉGUY, 1994, pag. 28, **grifo nosso**)

Neste sistema havia, uma relação direta entre o governo, o legislativo que representavam os grandes estancieiros desde os primórdios da divisão da região o governo mostrava a sua fidelidade aos grandes proprietários. Este sistema de distribuição de Sesmarias e a criação destes “chefes militares e local” trouxeram vitórias aos portugueses:

Militares de Rio Pardo (...) partiram em 1801 e derrotaram a guarda espanhola de São Martinho na subida da serra que dá acesso ao planalto,

iniciando a ocupação portuguesa nas missões; depois, toda a região da depressão central até a fronteira ocidental, rio Uruguai, foi distribuída em **sesmarias**, pelos portugueses. Esses novos limites fronteiriços foram ciosamente patrulhados pelos estancieiros com seus peões-soldados (TORRONTEGUY,1994, pag. 32, **grifo nosso**)

Com estas vitórias os estancieiros consolidaram seus poderes:

Os oficiais-proprietários controlavam não só a produção agropastoril, mas a população local de agregados, posteiros, adventícios, serviçais e escravos. **Constituíram o poder, na expressão mais significativa da palavra.** (TORRONTEGUY,1994, pag. 29, **grifo nosso**)

Este ambiente de guerra permitia confisco para as requisições militares, pois era preciso manter os exércitos. O governo que mantinha relação próxima com os grandes proprietários e chefe militares proporcionavam os confiscos, o que fez com que muitos empobrecerem e que sem terem outra opção acabaram buscando abrigo nas grandes estâncias, servindo como charqueadores e posteiros. Assim a estância como centro social começou a crescer o que também fez crescer o poder dos grandes proprietários, segundo Torronteguy (1994).

Entretanto as inúmeras vitórias trouxeram um sentimento de grandeza e os grandes proprietários foram inteligentes em suas relações com os peões de suas instâncias. Aos cumprimentá-los pelas suas façanhas, a recompensa ficava em um efêmero prestígio social, que não era revertido em propriedades, que não era uma mudança social de fato: "As epopeias das lutas guerreiras do pretérito construíram mais do que um povo, construíram **o poder dos grandes proprietários**" (TORRONTEGUY,1994, pag. 48-49, **grifo nosso**):

O autor apresenta evidências ao fato do gaúcho ser um ser errante, tropeiro, que cuidava de um gado que andava solto e que através das disputas entre as metrópoles e o advento das dotações de sesmarias, o advento, usando o termo do autor, do alambrado que foi cortando as terras do Rio Grande do Sul, afirma que foram criados dois mundos: o mundo dos grandes proprietários e o mundo dos peões que ficaram de fora destas sesmarias, o mundo dos não-proprietários (TORRONTEGUY,1994, p.56). Essas terras foram distribuídas em pagamentos aos oficiais e assim Portugal conseguiu ter avanços nessas terras que originalmente não lhe pertencia.

Com o passar dos anos, para que se mantivesse o controle das terras, em uma espécie de "lobby" entre os proprietários e o governo é lançada a Lei das Terras que mostrou a força dos grandes proprietários no país. Força que já havia sido demonstrada anteriormente na Guerra dos Farrapos. Segundo Torronteguy (1994), o motivo desta

guerra/revolução foi muito mais uma questão interna do Rio Grande do Sul do que externa. Não seria mais uma revolução do período regencial brasileiro. Esta revolução foi a revolução dos grandes proprietários que ao perderem a “Banda Oriental” em 1828, fez com que perdessem matéria prima, e como se isso não fosse suficiente ainda perderam o subsídio ao charque produzido e o charque produzido com mão de obra livre (mais barata que a mão de obra escrava, pois a mão de obra livre era contratada apenas para o verão, e a escrava teria que sustentar todo o ano, fazendo com que os charqueados tivessem que criar atividades extras para o inverno, mas que não davam o mesmo lucro).

As guerras e revoluções deram identidade a esta cultura. Os peões que aqui trabalhavam e batalhavam, tinham como recompensa seu prestígio social efêmero, que ao não ser transformado em propriedades também tinha como missão manter bem clara a divisão de classes sociais. A Revolução Farroupilha não foi diferente, mesmo que teoricamente não houvesse uma vitória, a vitória (que era uma maior integração com o Brasil e melhor acesso ao charque dos grandes proprietários aos mercados do centro do país) aconteceu e isso fez crescer a força dos grandes proprietários. Pode-se pensar que nesta época haviam algumas áreas bem demarcadas no Rio Grande do Sul. Segundo Torronteguy (1994), a região litorânea e lagunar seguia fiel aos “portugueses” (ao Brasil central), enquanto a campanha estava nas mãos dos grandes proprietários e a serra, região de difícil acesso, de mata fechada e região indígena. Essas vitórias só aumentaram o poder dos latifundiários e o abismo de diferença social entre os proprietários e não-proprietários de terras.

Ser gaúcho, nestas características, se tornou crime. Essa narrativa se encontra no lado oriental também. Pacheco & Sanguinetti (1985) caracterizam o gaúcho como “un peligro y um obstáculo para el progreso del país.” (1985, p. 189). Seguem ainda afirmando que “*el gaucho*” é um sem lei, sem Deus. Para estes escritores o motivo do surgimento deste tipo de pessoa, se deu principalmente por falta de opções para o desenvolvimento econômico, causado pela Coroa Espanhola, não sobrando a estes outra opção, se não o crime, o roubo.

Torronteguy (1994) destaca ainda o romantismo da construção do tradicionalismo gaúcho que criou qualidades que o gaúcho necessariamente não tinha, e assim riscou o tom pejorativo da alcunha de gaúcho. Essa análise poderia ainda se dar, como mais uma forma de pagamento da dívida com este tipo de trabalhador que deram tudo o que tinha em nome de seus “patrões” (assim como o patrão do Centro de Tradições Gaúchas) e nada

receberam, além de muitas palmas, ou um cargo de confiança, a não mobilidade de classes era ponto pacífico, não se tocava.

A elite local sul-rio-grandense estava voltada para as questões internas da província. Foram inúmeros os motivos que levaram a isso: o não pagamento dos confiscos cisplatinos, a monarquia (que interferia na escolha dos representantes políticos locais) e o descaso do centro do país c, alguns dos motivos que aumentaram o isolacionismo da província de São Pedro do Sul (TORRONTÉGUY, 1994).

Isolada e com os valores e crenças bem arraigadas, a Campanha Gaúcha foi forjada na divisão de classes, dos que possuíam terras e dos que não possuíam e retifica-se isso, por exemplo, na carta constitutiva do Partido Republicano Rio Grandense, fundado em 1882, que afirmava, “que não se quer o progresso sem ordem” (OSÓRIO, 1992, p. 17). Mesmo depois da Guerra do Paraguai, a instalação da República, as disputas internas ficaram evidentes na revolta federalista, os grandes proprietários “não gostaram” de um governo que “se metia onde não era chamado”. E assim mudou-se a estrutura do governo, mas ainda se mantinha a divisão de classes, mesmo com os republicanos não houve, de imediato, a outorga do título de cidadão para o peão, afinal isso seria ter direito a voto, colocar ao mesmo nível do governo e o estado de guerra, as disputas internas, não permitiram que isso ainda ocorresse. E assim se manteve o poder dos estancieiros. Mesmo do lado uruguaio, a situação não foi diferente. Desde o Gral. Lecor as terras foram divididas entre os nobres e como recompensas militares.

Considerações Finais

As análises dos dados do Rio Grande do Sul, ao serem cruzados dados sociais e a estrutura fundiária, indicam que justamente aquelas regiões que formaram a *Vacaria del Mar*, palco das disputas territoriais que já haviam começado no século XVI mas que teve destaque aos séculos XVIII e XIX sobretudo até o ano de 1851 - ano do tratado definitivo dos marcos de fronteiras entre Brasil e Uruguai, são as regiões que apresentam maiores problemas sociais. A segunda metade do século XIX foi marcada pelo esforço das elites locais, tanto gaúchas, quanto *gauchas*, para a manutenção do *status quo* resultantes dos imbróglios pelas conquistas dos territórios. Estes conflitos eram fruto da ambição portuguesa de ter um marco fronteiro geográfico natural, o Rio da Prata, que também daria acesso ao interior da América. Paralelo a isso, a subvalorização espanhola, que tinha suas

atenções voltadas para a mineração de metais preciosos na Bolívia e no Peru, só acabou valorizando mais a região a partir da construção de Colônia de Sacramento, por parte de Portugal, as margens do referido Rio, o que acabou sendo fonte de contrabando de metais preciosos. Isso era algo que a Espanha não aceitava.

A utilização do *Uti possidetis* no direito internacional público intensificou a corrida pela divisão e colonização das terras nesta região. Portugal foi muito eficiente neste processo e avançou em grande medida em suas possessões anteriores ao Tratado de Madrid (1750). Todavia as elites sabiam que dependiam da força de trabalho para levar adiante seus objetivos. *El gaucho*, que vivia de arrebanhar gado xucro, vivendo a cavalo, na liberdade do Pampa Gaúcho, era uma moeda valorizada para ambas as elites, por suas habilidades para com o gado, bem como para servir de braços para os conflitos entre as elites para definir de quem seria essa região, que passou séculos sem ter um marco definitivo. Para *El gaucho* restava “se abrigar” dentro de uma destas propriedades, destas sesmarias, ou estar contra a lei/estar contra as elites.

Para consolidar a apropriação da terra na segunda metade do século XIX, foi criada a Lei de Terras (1850) e os cercamentos dos campos (1870-1890). A elite assim estava formada, com a propriedade da terra e com a propriedade da mão de obra (que se valorizou após a proibição do tráfico negreiro em 1850). Ambas as elites foram ardilosas para a manutenção de seus *status quo*. Uma justa remuneração para essa massa de mão de obra, ora peão, ora soldado seria o pagamento em terras. No entanto, a elite criou outra moeda de pagamento: o efêmero prestígio social.

Com um discurso demagógico, discurso de “camaradagem”, o “patrão” destaca a valentia de “*el gaucho*”, tanto uruguaio quanto brasileiro, e o pagamento que deveria ser em terras, que possibilitaria a ascensão deste “bravo” guerreiro deste “grande” peão, vem em um tapa nas costas e um aperto de mão. Aqueles que, depois de darem a vida, a saúde, o trabalho e os filhos para os interesses dos proprietários receberam em troca o discurso sobre ideais republicanos, sobre o heroísmo do gaúcho [...] (TORRONTÉGUY, 1994, p.101)

Estava assim formado e consolidado o poder das elites de ambos os lados da fronteira: as terras por meio jurídico e a mão-de-obra pelo meio social. Consolidando assim o estancieiro como senhor das terras e dos homens. Inicialmente pesquisa não tinha como ambição definir quais eram os fatores que constituíram a estrutura social desta fronteira. Todavia, ambicionou construir uma análise com base transdisciplinar, mesmo que a partir da valorização da história da região.

Assim, buscou-se destacar que a estrutura social da REGIÃO também foi desenhada por disputas territoriais exógenas, uma herança que segregou politicamente a cultura *gaucha* em três países diferentes (Brasil, Uruguai e Argentina) e produziu elites diferentes, que continuaram os conflitos até o estabelecimento definitivo do alcance de poder de cada elite. Ao povo desta região restou apenas acatar o que lhe era imposto.

É inegável que ainda hoje há ressonâncias advindas das disputas territoriais nesta região. Seus problemas sociais em evidência deixam claro essa situação. Almeja-se que as antigas disputas territoriais, que cortaram o Pampa, que criaram e consolidaram elites, que trouxeram cercas, que dividiram politicamente povos tão próximos culturalmente, sejam superadas e que a diversidade, que o encontro entre os diferentes (tão semelhantes) seja o diferencial em busca do desenvolvimento em favor do povo que aqui vive. Que a integração seja propulsora do desenvolvimento e que, de forma verdadeira, e não demagoga, possamos afirmar: “sirvam nossas façanhas de modelo à **toda** terra!”.

REFERÊNCIAS

ABELLA, Gonzallo. **Historia Diferente del Uruguay. Montevideo: Betum San, 2008.**

BENTANCOR ROSÉS, Gladys T. **El espacio cotidiano fronterizo a traves de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento.** 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado). Universidad de la República, Montevideú, 2002.

BETANCOR, Gladys Teresa. **As fronteiras num contexto de mudanças: a vida cotidiana das cidades-gêmeas Rivera (Uruguai) e Sant’Ana do Livramento (Brasil).** Ateliê Geográfico, v. 2, n. 3, Goiânia, maio 2008.

BRASIL. Decreto-lei Nº 601, Artº 1, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em setembro de 2013.

DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constitui a rede de cidades no Brasil.** In. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 15. 1938

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição.** 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da Terra: Conflitos e Estrutura Agrária na Campanha Rio-Grandense Oitocentista.** 2005. 195f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) UFRGS. Porto Alegre. Disponível

em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11393/000613729.pdf?sequence=1>>
Acesso em setembro de 2013

GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas:** Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extre-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991

GOULART, J. S. **A formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em setembro de 2013.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Atlas Sociodemográfico y de la Desigualdad del Uruguay (2013).** Disponível em:<http://www.ine.gub.uy/biblioteca/Atlas_Sociodemografico/Atlas_fasciculo_1_NBI_versionrevisada.pdf> Acesso em setembro de 2013.

LEAL, A. E. M.; Souza, C. E. G.. **Construindo o conhecimento pela pesquisa:** orientação básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente.** Montevideo: Banda Oriental, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OSÓRIO, Joaquim Luis. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul:** período republicano. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992, p. 17.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M. L. Coolighan. **Historia del Uruguay.** Tomo 1 - Época Indígena, Hispânica y Libertadora. Montevideo: Monteverde, 1985.

PADILHA P. R. P.; TRENTIN, I. C. L. **Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões / RS.** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/100461.pdf>> Acesso em: 03/07/2013.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política rio-grandense no Império.** In: Rs: Economia e política. Por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINTOS, Anibal Barrios. **Rivera: Una história diferente.** Tomo II. Montevideo: Ministerio de Educacion y Cultura, 1990.



PINTOS, Aníbal Barrios. **Historia de los Pueblos Orientales**. Tomo II. Del Fin de la Guerra Grande al Novecientos. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2008

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios**. Brasília, 2004. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm > Acesso em: Fevereiro 2013.

PUCCI, A. S. O **Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Brasília: FUNAG, 2010.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750/Miguel Paranhos Rio Branco; A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty/Vasco Mariz**. Brasileira: FUNAG, 2010.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A FRONTEIRA INEVITÁVEL**: Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. 209 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na Fronteira**: expansão de Sant'Ana do Livramento/RS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões**: Estudos de geografia do Brasil. São Paulo: Moderna, 2009, p.19

TORRES, J. E. H. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida**: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant'ana do Livramento/RS. 2001. 176 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TORRONTÉGUY, T. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

VERSCHOORE F., Jorge Renato de Souza. **Metade Sul**: uma Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. 2000. 170 f. Dissertação (3º) - Curso de Administração, Departamento de Escola de Administração da UFRGS, UFRGS, Porto Alegre, 2000. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2381/000273280.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 jun. 2013